



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE TOMAR
2024 - 2030**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano de Desenvolvimento Social de Tomar 2024 - 2030

PROMOTOR

Município de Tomar



ELABORADO POR

Terrisirga, Territórios & Redes, Lda.



Com o apoio da equipa técnica do Município de Tomar

ÍNDICE

| | Página |
|--|--------|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 4 |
| OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES | 6 |
| PRINCÍPIOS DA AÇÃO DO PDS DE TOMAR | 8 |
| VISÃO, EIXOS ESTRATÉGICOS E DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DO PDS | 9 |
| O PDS DE TOMAR E OS ODS | 14 |
| A ESTRATÉGIA MÉDIO TEJO 2030 | 15 |
| EE 1 – CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TERRITÓRIO | 17 |
| EE 2 – INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE MAIOR VULNERABILIDADE | 29 |
| INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO | 39 |

NOTA INTRODUTÓRIA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Tomar assentou naquele que foi assumido como um dos focos fundamentais do Programa Rede Social (Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro), isto é, o descentramento de uma conceção mais restritiva de 'ação social' para uma conceção mais alargada de promoção do desenvolvimento social. Nesta perspetiva, o combate à pobreza e à exclusão social passa a ser entendido como um caminho a ser percorrido no âmbito da promoção do desenvolvimento social e não apenas no âmbito de intervenções sectoriais circunscritas e 'fechadas'.

O Plano de Desenvolvimento Social 2024-2030 assume-se como um instrumento de enquadramento das prioridades concelhias, concretizadas em eixos estratégicos, domínios de intervenção e objetivos operacionais. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social foi amplamente sustentada nos dados do Diagnóstico Social concelho realizado previamente, o qual se baseou num esforço de triangulação metodológica: análise estatística, análise documental, entrevistas, fóruns territoriais e *focus group* a atores sociais locais.

A centralidade que a participação dos atores sociais locais teria neste processo foi definida desde o início, pelo que os seus contributos em termos da identificação de problemas e necessidades detêm um lugar de destaque não só

em termos do Diagnóstico Social, mas também da própria proposta de eixos e domínios de intervenção.

O momento de realização do Plano de Desenvolvimento Social de Tomar reveste-se de elementos de excecionalidade que não podem ser ignorados. Desde logo, os impactos pós-pandemia SARS-CoV-2, cujo período de emergência de saúde pública exigiu respostas imediatas no plano sanitário entre 2020 e 2022, com consequências no plano económico e social, tendo deixado marcas profundas na população mais vulnerável, em especial, nas pessoas menos qualificadas, nos mais jovens e também nos mais idosos.

A este quadro desafiante, acrescem os problemas de inflação e a crise energética induzida pelo conflito militar na Ucrânia e no Médio Oriente, que desenha um quadro de grande incerteza onde emergem elementos de imprevisibilidade sobre as medidas que terão de ser implementadas no terreno tanto a nível nacional como local.

Neste quadro de incerteza, as várias instituições apontam para uma crise económica que terá, inevitavelmente, reflexos no plano social, exigindo, também ela, respostas várias aos diferentes níveis da administração pública. Assim, à necessidade de continuar a dar resposta a problemas e a fragilidades de natureza estrutural como a desigualdade social, as assimetrias territoriais, o envelhecimento demográfico ou a qualificação da

população cresce, agora, a necessidade de enfrentar novos desafios e novos problemas que, numa primeira fase, emergiram na pandemia e, numa segunda fase, foram induzidos pelos conflitos militares.

O Plano de Desenvolvimento Social de Tomar é elaborado, portanto, num contexto de incerteza acrescida que dificulta a concretização de cenários. É esse contexto de grande incerteza, contudo, que torna a relevância do Plano de Desenvolvimento Social do concelho ainda mais premente, pois será nele que se procura definir medidas e instrumentos dirigidos tanto à emergência de novos problemas sociais como ao acentuar de problemas de carácter estrutural.

O documento foi elaborado na tentativa de conciliar duas perspetivas distintas e nem sempre facilmente conciliáveis: dar resposta aos principais problemas sociais diagnosticados, mas não ignorando que a realidade pode alterar-se significativamente a curto prazo.

NOTA INTRODUTÓRIA

Assim, o presente PDS, mais do que designar uma série de iniciativas muito específicas que, pelas razões apontadas, poderiam ficar rápida e profundamente desajustadas da realidade, optou-se por conceber e definir orientações estratégicas para domínios de intervenção, em forma de objetivos operacionais, que potenciem a adequação e as sinergias entre as respostas sociais no concelho.

O PDS será concretizado e operacionalizado através de Planos de Ação plurianuais, consensualizados pelo Conselho Local de Ação Social/Rede Social de Tomar, que resultam não só do levantamento das ações desenvolvidas no território pelo Município e pelas entidades parceiras da Rede Social, devidamente enquadrados nos respetivos domínios e objetivos operacionais, mas também de um conjunto de propostas de ações/projetos, potencialmente inovadores para Tomar, resultantes da análise de necessidades do tecido de respostas sociais presentes no concelho.

No fundo, e para além do cumprimento dos princípios de ação norteadores da Rede Social (Subsidiariedade, Integração, Articulação, Participação e Inovação), a elaboração do presente documento sustenta-se no objetivo de otimizar as condições de eficácia e de eficiência das iniciativas de desenvolvimento social em Tomar.

Como sempre, a realização de um diagnóstico, que serve de base ao planeamento estratégico da ação futura, depende amplamente da informação disponível e passível de recolha em tempo útil.

Cumpra, assim, destacar o esforço de participação desenvolvido pelos interlocutores locais nos diferentes momentos do processo de auscultação e a sua disponibilidade para recolherem e cederem dados.

OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES

Chegamos a 2023 com um quadro global marcado pela acumulação de sucessivas transformações, que estão a gerar um conjunto de riscos globais com consequências profundas em vários planos, mas que também podem proporcionar novas oportunidades para o desenvolvimento dos territórios:

- **os riscos ambientais**, consubstanciados nas alterações climáticas, tornaram-se cada vez mais sérios, num quadro em que os investimentos em atividades neutras do ponto de vista das emissões de carbono (net-zero) e os investimentos ESG (ambiente, social e governança) se situam mais no plano das ambições, do que em resultados concretos.
- **os riscos de novas pandemias**, induzidos pela ligação entre a deterioração do ambiente e zoonoses (doenças transmissíveis ao ser humano). Os impactos profundos e sistémicos da pandemia da Covid-19, deixam importantes lições para o planeamento futuro, e deixaram marcas nas formas de socialização, na organização do trabalho, na capacidade de resposta dos serviços de saúde, como ainda, na saúde física e mental de muitas pessoas.
- **os riscos tecnológicos**, determinados pelos avanços na inteligência artificial, na robótica e automação, que poderão vir a produzir efeitos no emprego, com a destruição de postos de trabalho tradicionais, levando ao surgimento de políticas protecionistas que privilegiem a

produção doméstica, ao mesmo tempo que limitam a imigração, esperando-se um agravamento das condições económicas, o aumento das desigualdades sociais ou que uma significativa parte dos trabalhadores (menos qualificados, que realizam tarefas mais rotineiras) fiquem para trás.

Este quadro global de desafios que se colocam hoje à nossa sociedade, exige um conjunto de intervenções articuladas e sistémicas a nível global, mas também a nível local, em especial na garantia de uma maior resiliência dos territórios face às adversidades, perspetivando-se novas e inovadoras políticas e ações pelo poder local.

A alteração de dinâmicas demográficas, como o aumento da esperança média de vida, a diminuição das taxas de natalidade e de fecundidade, conduziu a uma profunda alteração da estrutura demográfica do país ao longo das últimas décadas. Sendo certo que essa inversão da pirâmide etária se observa para o território nacional no seu conjunto, a verdade é que, em função de outros movimentos migratórios que acentuaram a tendência para a crescente litoralização do país, a perda de população faz-se sentir com particular gravidade em certas regiões e concelhos do país, da qual Tomar não é exceção. O envelhecimento da população, que domina o cenário atual, exige dos setores sociais abordagens integradoras, personalizadas e de proximidade.

Também ao nível da saúde, registam-se novos desafios. A pressão sobre o sistema de saúde devido ao envelhecimento da população, à falta de recursos humanos e tecnológicos e à degradação de alguns equipamentos, leva-nos a reconhecer a importância de um maior investimento nesta área, tendo em conta a sua relevância para o desenvolvimento social e humano de qualquer território.

As pressões sobre o sistema de saúde, mas também sobre o sistema social exigem respostas adequadas às necessidades das populações, sendo fundamental encontrar novas formas de cooperação e de comunicação entre os vários setores que contribuem para o bem-estar das populações, em especial as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, como as crianças, os idosos e as pessoas portadores de deficiência e incapacidade (física e mental).

OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES

Também a estrutura produtiva e de qualificações, a dinâmica do mercado de trabalho, e as oportunidades e os constrangimentos que configuram, assumem-se como fatores cruciais de desenvolvimento social sustentável dos territórios. A montante de muitas situações de vulnerabilidade, de desestruturação ou até mesmo de exclusão social encontram-se as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, justificadas quer pelo maior ou menor dinamismo do mercado de emprego e/ou pela própria estrutura de qualificação profissional da população ativa. Apesar das melhorias registadas nas últimas décadas quanto a escolarização e qualificação da população de Tomar, persistem taxas de abandono escolar significativas, que impulsionam o aumento dos jovens NEET, pelo que, importa promover um maior sucesso escolar das crianças e jovens referenciados pela situação de risco de abandono/desistência e insucesso, e proporcionar mais oportunidades para a sua qualificação e integração no mercado de trabalho, não só dando continuidade a projetos já em curso, como desenvolvendo novas iniciativas inovadoras.

Importa ainda valorizar a qualificação das pessoas independentemente da situação em que se encontram, em especial a formação ao longo da vida, apostando em ofertas de educação/formação orientadas para adultos.

Assim, a modificação dos padrões de vida, a segregação espacial, o envelhecimento e o isolamento, o decréscimo de oportunidades para aumentar o rendimento e a diminuição de recursos do emprego, associados aos problemas da habitação e ao aumento do custo de vida têm vindo a contribuir para a emergência contínua de novas formas de vulnerabilidade social, em que os cidadãos em situação de pobreza são os mais afetados.

Apesar destes desafios, importa reconhecer que a rede de equipamentos e respostas sociais tem sido dinamizada nas duas últimas décadas pelo reforço do investimento público, através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), do Programa Operacional do Centro (POR Centro), e mais recentemente do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), visando o aumento da capacidade instalada e da melhoria dos níveis de qualidade e segurança das diferentes respostas sociais.

Também nos próximos anos estarão disponíveis fontes de financiamento capazes de assegurar a concretização de projetos que sustentam o Plano de Desenvolvimento Social de Tomar, em especial no reforço da capacidade instalada e na criação de novos equipamentos e respostas sociais que se perspetivam para o território e que irão responder ao aumento da procura por parte dos grupos mais vulneráveis.

O reforço da Rede Social de Tomar, surge também, neste contexto, como uma oportunidade. O seu modelo organizativo sustentado em diferentes estruturas locais com funções concretas, mas fortemente articuladas entre si, pode desempenhar uma função crucial de estrutura estratégica para implementação dos programas e projetos de promoção do desenvolvimento social concelhio. O Conselho Local de Ação Social (CLAS) configura-se como o principal órgão decisório da Rede Social e encontra neste Plano de Desenvolvimento Social espaço para assegurar um papel mais decisivo ao nível da coordenação do desenvolvimento social do concelho de Tomar.

A rede de parcerias locais e a maturidade dos próprios projetos e programas estruturantes do município devem ser entendidos como uma oportunidade, não só no sentido da sua continuidade, tendo em conta os resultados já alcançados, mas também na possibilidade de se estenderem para novas áreas de intervenção, capazes de minimizar os fatores de risco das vulnerabilidades sociais identificadas no Diagnóstico Social de Tomar.

PRINCÍPIOS DA AÇÃO DO PDS DE TOMAR

A conceção do Plano de Desenvolvimento Social de Tomar foi norteadada pelo respeito aos princípios de ação da Rede Social, a saber:

- | | | |
|-----|------------------------------|--|
| I | PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE | <p>O princípio da subsidiariedade coloca o foco da intervenção o mais próximo possível do terreno, ou seja, o mais próximo possível junto da população sobre a qual se pretende intervir.</p> <p>É um princípio estruturante no sentido em que é a proximidade ao terreno e às pessoas que possibilita uma intervenção social concertada, mas também preventiva.</p> |
| II | PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO | <p>O princípio da integração funda-se no reconhecimento da complexidade e da multidimensionalidade dos problemas sociais.</p> <p>Aponta, portanto, no sentido da promoção de intervenções integradas e multisectoriais.</p> |
| III | PRINCÍPIO DA ARTICULAÇÃO | <p>O princípio da articulação alerta para a imprescindibilidade de concertar a intervenção dos atores sociais com intervenção no terreno através da implementação de projetos e iniciativas em parceria. A partilha do(s) diagnóstico(s) e da(s) ação(ões) é essencial para garantir tanto a eficácia como (e sobretudo) a eficiência da intervenção.</p> |
| IV | PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO | <p>O princípio da participação apela a um envolvimento tão alargado quanto possível dos agentes institucionais locais com intervenção técnica no território, mas também, e significativamente, de atores sociais de outros domínios de intervenção e até dos próprios grupos-alvo. Por contraponto a visões que olhavam para os grupos-alvo como meros destinatários, assume-se que a participação de todos é crucial para a promoção de efetivo desenvolvimento social.</p> |
| V | PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO | <p>O princípio da inovação apela à criatividade na procura de soluções para a complexidade e a multidimensionalidade dos problemas sociais. A inovação não é o fim em si mesmo, mas o caminho para encontrar outras formas de intervenção social que melhor respondam a desafios e problemas sociais complexos.</p> |

VISÃO, EIXOS ESTRATÉGICOS E DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DO PDS

VISÃO

Promover o desenvolvimento social de Tomar assente nos princípios da igualdade, equidade, coesão e inclusão social, reforçando, em simultâneo, os domínios de responsabilidade social e de participação cívica de todos, tanto numa perspetiva de intervenção sobre os problemas e as situações de vulnerabilidade existentes, como numa perspetiva de prevenção social.

EIXO ESTRATÉGICO 1

**CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS,
DAS ORGANIZAÇÕES E DO TERRITÓRIO**

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

1.1 – As pessoas

1.2 – As organizações

1.3 – O Território

14 Objetivos Operacionais

EIXO ESTRATÉGICO 2

**INTERVENÇÃO EM GRUPOS
DE MAIOR VULNERABILIDADE**

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

2.1 – Crianças e jovens

2.2 – Pessoas idosas

2.3 – Pessoas com deficiência ou incapacidade

2.4 – Pessoas com adição e dependências

2.5 – Migrantes e minorias étnicas

2.6 – Pessoas e famílias vulneráveis

2.7 – Saúde mental

2.8 – Violência doméstica e de género

2.9 – Cuidadores informais

12 Objetivos Operacionais

O Eixo 1 define a capacitação como âmbito estratégico de intervenção concelhia. Assente na convicção de que intervir sobre contextos e situações de vulnerabilidade e de exclusão social não se deve esgotar na resposta a situações mais ou menos emergenciais e às necessidades mais imediatas de pessoas e agregados familiares, mas também no potenciar dos mecanismos que favoreçam a sua autonomização, assume-se a capacitação das pessoas, das organizações e do território como eixo estratégico de intervenção.

Importa realçar que o Eixo 1 - Capacitação das Pessoas, das Organizações e do Território enquadra uma perspetiva da intervenção a curto prazo (intervenção direta e célere sobre problemas e situações de vulnerabilidade sinalizadas), mas também, uma perspetiva de médio e longo prazo que remete para uma lógica de prevenção social. Subjacente está também, então, a convicção de que pessoas, organizações e territórios mais qualificados estão muito mais capacitados para minimizar os seus fatores de risco e de vulnerabilidade social.

A definição dos domínios de intervenção e dos objetivos operacionais decorre, necessariamente, da avaliação cruzada entre os principais problemas e os principais recursos diagnosticados no Diagnóstico Social de Tomar. Assim, os domínios de intervenção e os objetivos operacionais não são

meras abstrações teóricas. Pelo contrário, estão ancoradas em dois princípios basilares: por um lado, a resposta às fragilidades identificadas no terreno, por outro lado, os recursos disponíveis no território e que podem, a curto e a médio prazo, ser mobilizados para o desenvolvimento social concelhio.

Este eixo de intervenção estratégica estrutura-se em três domínios de intervenção principais (pessoas, organizações e território) e catorze objetivos operacionais.

No que respeita à capacitação das pessoas, definem-se objetivos operacionais dirigidos à população jovem residente em Tomar e ainda enquadrados no sistema de ensino, procurando mobilizar intervenções que minimizem os fatores de vulnerabilidade mais estritamente relacionados com a trajetória escolar e com as aprendizagens (abandono e insucesso escolar, por exemplo), mas investindo também numa cultura escolar e cívica cada vez mais responsável e inclusiva. Simultaneamente, e fora do sistema de ensino (escolaridade obrigatória), definem-se também objetivos operacionais dirigidos ao reforço da qualificação dos perfis de população mais vulneráveis, procurando, por esta via, minimizar alguns dos fatores de risco de pobreza e de exclusão social.

A capacitação das organizações parte da convicção de que as entidades do setor social e o movimento associativo são um elemento central de promoção e de projeção do desenvolvimento social concelhio, pois não só estão na primeira linha de resposta às necessidades de grupos populacionais específicos (por exemplo, e entre outros, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com problemas de saúde mental, pessoas ou agregados em situação de carência alimentar), como sustentam boa parte da vida comunitária (por exemplo, associativismo cultural, desportivo, juvenil, sénior, etc.). Desse ponto de vista, e para além da sua própria atividade autónoma, constituem-se, então, como atores estruturantes do bem-estar e do desenvolvimento social concelhio. Investir na capacitação destas organizações visa, assim, aumentar ainda mais o seu potencial para atuarem como parceiros efetivos de projetos ou iniciativas de intervenção social.

CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TERRITÓRIO

A capacitação do território é o terceiro domínio de intervenção deste eixo. Para além de enquadrar a rede de equipamentos e respostas sociais, e a necessidade de reforço da mesma, engloba também domínios para os quais, e pese embora ultrapassem o âmbito estrito das competências do CLAS (por exemplo, políticas de habitação, mobilidade e acessibilidades ou políticas de apoio à família) se propõem objetivos operacionais que, via projetos de intervenção social, impactarão diretamente sobre algumas das fragilidades concelhias identificadas no diagnóstico. Simultaneamente, enquadra também as dinâmicas de trabalho em rede e de intervenção integrada, propondo o aprofundamento do papel estratégico das Comissões Sociais de Freguesia e do próprio Conselho Local de Ação Social.

Como se disse, este eixo de intervenção estratégica estrutura-se em três domínios de intervenção e catorze objetivos operacionais. Para além do enquadramento de cada objetivo operacional, apresenta-se também uma 'Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis' na qual se propõem algumas iniciativas que o Conselho Local de Ação Social pode decidir mobilizar para os Planos de Ação. Esta tipologia não esgota, de qualquer maneira, todas os projetos que o CLAS pode definir e implementar.

O Eixo 2 estrutura-se em torno dos grupos sociais mais vulneráveis. A sua ambição é segmentada em três pilares fundamentais: em primeiro lugar, dar resposta direta às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis; em segundo lugar, promover a autonomia e/ou autonomização dos beneficiários da intervenção social; em terceiro lugar, adotar uma perspetiva de prevenção e intervenção social preventiva nos vários domínios de intervenção. Pela confluência destes três pilares, o Eixo 2 tem implícita também uma perspetiva da sustentabilidade da intervenção social concelhia.

Em função do Diagnóstico Social, o Eixo 2 elege nove domínios de intervenção principais, que se consubstanciam em doze objetivos operacionais. Os nove domínios de intervenção são os seguintes:

Crianças e jovens

Pessoas com Deficiência ou incapacidade

Pessoas com consumos e dependências

Migrantes e minorias étnicas

Pessoas e famílias vulneráveis

Saúde mental

Violência Doméstica e de género

Cuidadores informais

Salvaguarda-se que, apesar da especificidade de cada um destes domínios de intervenção, existem nalguns aspetos elos de ligação entre eles, o que reflete, em última instância, a própria multidimensionalidade da realidade e dos problemas sociais, dimensão que explica, na maioria dos casos, a complexidade dos problemas e, por esta via, a dificuldade e a morosidade que implica intervir sobre eles. Por exemplo, a situação de desemprego de uma ou ambas as figuras parentais tende a refletir-se não só em situações de carência material do agregado, mas, não raras vezes, ramifica-se também para outras dimensões individuais ou familiares daquele agregado (por exemplo, desestruturação ou conflitualidade familiar, trajetória escolar, entre outros). Da mesma forma, o acompanhamento de uma criança ou de um jovem em risco tende, na maior parte das vezes, a não se restringir a uma intervenção só dirigida à criança ou ao jovem, mas exige uma intervenção multidisciplinar, integrada e continuada junto do agregado familiar.

Tal como no Eixo 1, as propostas enquadradas no Eixo 2 estão estruturadas por forma a potenciar a operacionalização de iniciativas, mecanismos e recursos que robusteçam a intervenção social precoce, incluindo, o investimento em iniciativas inovadoras e a mobilização do movimento associativo, bem como da sociedade civil (participação social e cívica).

Como se disse, este eixo de intervenção estratégica estrutura-se em nove domínios de intervenção e doze objetivos operacionais. Para além do enquadramento de cada objetivo operacional, apresenta-se também uma 'Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis' na qual se propõem algumas iniciativas que o Conselho Local de Ação Social pode decidir mobilizar para os Planos de Ação. Esta tipologia não esgota, de qualquer maneira, todas os projetos que o CLAS pode definir e implementar.

VISÃO E EIXOS ESTRATÉGICOS

Promover o desenvolvimento social de Tomar assente nos princípios da igualdade, equidade, coesão e inclusão social, reforçando, em simultâneo, os domínios de responsabilidade social e de participação cívica de todos, tanto numa perspetiva de intervenção sobre os problemas e as situações de vulnerabilidade existentes, como numa perspetiva de prevenção social.

CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TERRITÓRIO

Finalidade

Investir na capacitação das pessoas, organizações e do território como forma de minimizar a emergência e/ou o agravamento de problemas sociais no concelho

Otimização dos recursos mobilizáveis



Integração progressiva de novos agentes locais no âmbito da intervenção e prevenção social

INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE MAIOR VULNERABILIDADE

Finalidade

Responder às necessidades das pessoas e grupos mais vulneráveis, investindo simultaneamente na autonomização e na otimização dos recursos existentes



Curto prazo



Intervenção social

Qualificação das respostas sociais

Intervenção social precoce

Prevenção social

Sustentabilidade da intervenção social

Promoção da autonomia e/ou autonomização dos beneficiários da intervenção social

Potenciação de recursos disponíveis



Médio e longo prazo



Prevenção social

O PDS DE TOMAR E OS ODS

O Diagnóstico Social de Tomar permitiu construir uma base consolidada dos recursos existentes e dos principais domínios de vulnerabilidade e de oportunidade que podem condicionar ou alavancar o desenvolvimento social em Tomar nos próximos anos. Este processo permitiu identificar os principais desafios de convergência para com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que fornecem um quadro mais estruturado para o estabelecimento da ambição do PDS.

O papel da sustentabilidade e a sua articulação virtuosa com o desenvolvimento económico são pressupostos básicos do desenvolvimento social, preocupações que têm vindo a ganhar um papel cada vez mais central na política de coesão europeia e, por consequência, nas políticas nacionais que têm vindo a ser implementadas.

Assim, o empenho do Município de Tomar para com a prossecução dos ODS, assumidos à escala das Nações Unidas, encontra no PDS um instrumento decisivo, pela sua abrangência setorial e amplo envolvimento dos atores.

O PDS de Tomar assume a ambição de formular orientações estratégicas específicas, articuladas com os ODS, que, no quadro da sua operacionalização através de Planos de Ação plurianuais, permita acelerar o processo de convergência para com as metas assumidas na Agenda 2030. Nesse sentido, procede-se em cada eixo estratégico à identificação do seu contributo para cada um dos ODS, que poderão ser monitorizados através da execução dos projetos identificados em cada Plano de Ação.



A ESTRATÉGIA MÉDIO TEJO 2030

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo (EIDT MT 2030) tem implícita uma reflexão prospetiva sobre os objetivos de desenvolvimento futuro do território tendo como ponto de partida a reavaliação da EIDT MT 2020, a trajetória de crescimento económico de divergência negativa verificada nas últimas décadas para com a média Europeia e outras regiões nacionais, bem como, o crescimento populacional negativo e os índices de envelhecimento pouco favoráveis que indiciam problemáticas ao nível da sustentabilidade demográfica da região.

A EIDT MT 2030 define, na sua matriz estratégica de desenvolvimento e, devidamente articulada com os documentos estratégicos âncora Europa 2030, Portugal 2030 e Centro 2030, 6 orientações estratégicas (OE) que se traduzem em: 2 eixos motores da estratégia (OE1 e OE2), 1 eixo temático da estratégia (OE3) e 3 eixos de suporte ou articulação (OE4, OE5 e OE6).

A estruturação do PDS de Tomar procurou promover um alinhamento estratégico com a EIDT MT 2030 e, dessa forma, contribuir para a prossecução da visão formulada. Salienta-se a forte articulação dos eixos, domínios de intervenção e objetivos operacionais do PDS com o Eixo motor da estratégia “2. Qualidade de vida pela promoção da coesão distinta: atratividade populacional, inclusão e inovação social”, aquele que congrega os principais domínios de intervenção do PDS.

No entanto, o PDS de Tomar, pela sua abrangência temática, está também alinhado com as restantes Eixos da EIDT, especialmente com alguns objetivos específicos, que se manifestam de forma direta nos objetivos operacionais e nas intervenções que daí decorram, e de outros, que, de forma indireta no PDS, poderão contribuir também para o desenvolvimento social do território.

Visão Médio Tejo 2030

Uma Região que se...

- afirma pela qualidade nas diversas dimensões relevantes para o desenvolvimento económico, social e ambiental;
- diferencia pela capacidade de atrair pessoas, empresas, visitantes e Talentos;
- apresenta como território resiliente, coeso e funcionalmente articulado, com equilíbrios e complementaridades urbano-rurais e onde as cidades se posicionam em termos vocacionais;
- assume como referência em ecologia, sustentabilidade ambiental e património;
- governa, digitaliza e inova com eficiência e criatividade.

EIXOS MOTORES

Eixo 1 - Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação

Eixo 2 - Qualidade de vida pela promoção da coesão distinta: atratividade populacional, inclusão e inovação social

EIXO TEMÁTICO

Eixo 3 - Qualidade dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos

EIXOS DE SUPORTE

Eixo 4 - Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada

Eixo 5 - Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conectividade, acessibilidade e mobilidade

Eixo 6 - Governação eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva

ALINHAMENTO DO PDS COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA EIDT MT

Eixo 1 - Renovação do modelo competitivo regional: internacionalização, investimento e inovação

- 1.1. Criar um sistema pró-ativo de captação e fixação de investimento empresarial ● ○
- 1.2. Promover um ecossistema de inovação empresarial, internacionalização e de partilha de conhecimento ● ○
- 1.3. Reforçar a rede de instituições de ensino regionais e atrair e fixar talento ● ●
- 1.4. Apoiar o empreendedorismo local aplicada e a atracção de empresas tecnológicas ● ○
- 1.5. Valorizar a diversidade sectorial, aproveitando as complementaridades da estrutura produtiva regional ● ○

Eixo 2 - Qualidade de vida pela promoção da coesão distinta: atratividade populacional, inclusão e inovação social

- 2.1. Desenvolver a economia e inovação social com respostas sociais multi-público e multidisciplinares ● ●
- 2.2. Promover uma educação de excelência (do básico ao superior) e combater o abandono escolar ● ●
- 2.3. Promover políticas familiarmente responsáveis ● ●
- 2.4. Implementar um programa de inclusão ativa e integração de migrantes ● ●
- 2.5. Implementar um programa para a empregabilidade ● ●
- 2.6. Promover smart human cities (cidades médias inteligentes) ● ●
- 2.7. Estruturar políticas de habitação atrativas e diferenciadoras ● ●
- 2.8. Desenvolver respostas específicas na área da saúde ● ●

Eixo 3 - Qualidade dos recursos por valorização económica e sustentável: ambiente, turismo e produtos endógenos

- 3.1. Valorizar e preservar, de forma integrada, os "patrimónios" do Médio Tejo e os produtos endógenos ● ●
- 3.2. Desenvolver produtos turísticos inovadores e adequados ao potencial regional e promover destino turístico "clean" ● ○
- 3.3. Incrementar uma cultura cívica e empresarial que promova a maximização dos elementos de sustentabilidade associados à relação economia-tecnologia-ambiente ● ●
- 3.4. Promover a economia circular ● ●
- 3.5. Promover a qualidade ambiental dos espaços urbanos e rurais ● ○
- 3.6. Prosseguir o compromisso regional na sustentabilidade ambiental ● ●
- 3.7. Promover e os rios com elementos de sustentabilidade e desenvolvimento económico ● ○

Eixo 4 - Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada

- 4.1. Afirmação funcional no contexto da Grande Região de Lisboa ● ○
- 4.2. Renovar os relacionamentos urbano-rurais assente nas complementaridades e especificidades ● ○
- 4.3. Atuar na revitalização das cidades médias do Médio Tejo e a competitividade urbana ● ●
- 4.4. Potenciar a reabilitação e regeneração urbana no reforço da atratividade territorial ● ●
- 4.5. Afirmar o mundo rural e a baixa densidade pela diversidade e inovação económica e social ● ●

Eixo 5 - Qualidade de acesso pela consolidação de redes: conetividade, acessibilidade e mobilidade

- 5.1. Promover uma efetiva "mobilidade regional, global e sustentável" ● ○
- 5.2. Estruturar uma rede funcional de transportes coletivos de passageiros ● ○
- 5.3. Prosseguir com a promoção da mobilidade suave ● ○
- 5.4. Promover as ligações intrarregionais ● ○

Eixo 6 - Governação eficiente e integrada: adaptação estrutural, transição digital, economia do conhecimento e eficiência coletiva

- 6.1. Afirmação da marca pelo marketing territorial, digital e relacional ● ○
- 6.2. Acelerar a transformação digital e a ciberinclusão ● ●
- 6.3. Implementar um modelo de governação regional da estratégia de desenvolvimento Médio Tejo 2030 ● ○
- 6.4. Internacionalizar transversal e tematicamente a região (produtos, empresas, turismo) ● ○
- 6.5. Promover plataformas e redes colaborativas e de gestão territorial inovadoras ● ●

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|----------------------------|--|---|
| 1.1. AS PESSOAS | 1.1.1. Promover o sucesso escolar (sistema educativo) | Enquadramento |
| | | <p>Criar condições de equidade e qualidade nos percursos educativos e de formação como meio de promoção do sucesso educativo, desenvolvendo e melhorando as respostas socioeducativas para crianças, adolescentes e jovens (todos os ciclos de ensino, incluindo educação pré-escolar, e em linha com a programação prevista na Carta Educativa e na Carta Social de Tomar), e apoiar a apresentação de projetos socioeducativos inovadores pela comunidade educativa.</p> |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação dos estabelecimentos de todos os ciclos de ensino (ver Carta Educativa); • Criação de residência(s) para estudantes (universitária e/ou para outros ciclos de ensino); • Promoção da interculturalidade e da integração dos migrantes nos estabelecimentos de ensino; • Reforço dos meios tecnológicos nos estabelecimentos de ensino (ver Carta Educativa); • Implementação de programas de combate ao insucesso escolar; • Destigmatização do ensino profissional junto dos educadores/encarregados de educação; • Valorização das vias profissionalizantes (divulgação de forma alargada da oferta de cursos profissionais e de orientação vocacional em todas as escolas). • Alargamento dos serviços de psicologia nos estabelecimentos de ensino; • Reforço de recursos humanos para apoio de alunos com necessidades Educativas Especiais; • Reforço da formação da comunidade educativa (pessoal docente e não docente) enquanto agente fundamental de sinalização e intervenção junto de crianças e jovens em situação de risco; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|----------------------------|--|---|
| 1.1. AS PESSOAS | 1.1.2. Reforçar as competências digitais (população em geral) | Enquadramento |
| | | <p>Promover a aquisição de competências digitais por parte da população fora do sistema educativo regular (incluindo pessoas idosas), reforçando a sua literacia digital e adaptação ao mundo digital.</p> |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver parcerias e sinergias, envolvendo as instituições sociais, educativas e juntas de freguesia do concelho para a criação de espaços privilegiados para formações em competências digitais; • Reforço da formação em Tecnologias de Informação e Comunicação para a população em geral (incluindo pessoas idosas); • Promover a formação em literacia digital para docentes (decorrente da modernização do parque tecnológico das escolas); • Incentivar as empresas a promover a qualificação digital dos seus colaboradores; • Criação de uma “Academia de Código” promovida pelo Município e em parceria com empresas, com cursos na área da programação em tecnologias de informação e comunicação dirigida especialmente para perfis mais vulneráveis ao desemprego (inclui jovens NEET); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|----------------------------|---|--|
| 1.1. AS PESSOAS | 1.1.3. Reforçar a qualificação e empregabilidade da população em idade ativa | Enquadramento |
| | | <p>Dinamizar a oferta de educação e formação de adultos, desenvolvendo rede(s) para a promoção da empregabilidade e vida ativa, sensibilizando a população adulta (empregada e desempregada, e jovens NEET) para a importância da (re)qualificação profissional, bem como as empresas para a qualificação profissional dos seus trabalhadores. Reforçar o investimento em educação não formal (competências pessoais, sociais e emocionais), adequando estas ações ao perfil dos beneficiários.</p> |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de sensibilização junto das empresas para a formação dos seus trabalhadores; • Campanhas de sensibilização junto dos jovens NEET para a importância da qualificação profissional; • Reforço do investimento na formação de adultos no âmbito de projetos de inserção profissional delineados com o tecido empresarial local (com ênfase em desempregados de longa duração e/ou outros perfis mais vulneráveis); • Ações de formação e projetos dirigidos para a aquisição de competências pessoais, sociais e emocionais, mas também financeiras, para promover processos de autonomização de pessoas e famílias; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|---|---|---|
| 1.2. AS ORGANIZAÇÕES | 1.2.1. Capacitar e garantir sustentabilidade das entidades do setor social | Enquadramento |
| | | Aumentar as oportunidades de qualificação das entidades do terceiro setor e das respostas sociais que promovem no território, fomentando, em simultâneo, a sustentabilidade das mesmas. |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de alerta sobre linhas de financiamento de projetos e/ou qualificação (por exemplo, colaboradores de respostas sociais); • Apoio na elaboração de candidaturas; • Apoio na construção e consolidação de redes de parcerias; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | |
| 1.2.2. Assegurar a capacitação e sustentabilidade do movimento associativo local | Enquadramento | |
| | Aumentar as oportunidades de qualificação e sustentabilidade do movimento associativo local, reforçando, em simultâneo, a sua participação em iniciativas de inclusão e desenvolvimento social concelhio. | |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao movimento associativo para participar e/ou promover projetos de intervenção social; • Sistema de alerta sobre linhas de financiamento; • Apoio na elaboração de candidaturas; • Apoio na construção e consolidação de redes de parcerias, movimento associativo juvenil, (...); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|---|---|
| 1.3. O TERRITÓRIO | 1.3.1. Reter a população residente e atrair novos residentes | Enquadramento |
| | | Implementar medidas de incentivo à retenção e atração de nova população residente (mormente população jovem) procurando atenuar a dinâmica de envelhecimento demográfico. |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de política autárquica de apoio à família, incentivo à natalidade, atração de população residente; • Medidas de política autárquica de conciliação da vida familiar com a vida profissional; • Incentivo à retenção de população jovem residente; • Incentivo ao acolhimento de estudantes por parte de pessoas idosas isoladas; • Construção de residência universitária (reforço da atratividade de alunos do Ensino Superior); • Desconcentração de serviços pelo território concelhio (evitar desertificação de aglomerados rurais remotas, mediar com instituições para que haja atendimentos desconcentrados, ...); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|-------------------------------------|---|--|
| <p>1.3. O TERRITÓRIO</p> | <p>1.3.2. Reforçar a rede de equipamentos e a qualificação das respostas sociais</p> | <p>Enquadramento</p> |
| | | <p>Alargar a rede de equipamentos e respostas sociais, qualificando os serviços e adequando-os aos perfis, às necessidades e às expectativas dos utentes.</p> <p>Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento, qualificação e modernização das respostas sociais para idosos na rede solidária, bem como a sua reconversão e melhoria de serviços em função da alteração do perfil dos utentes (ERPI, Centros de Dia, Centros de Convívio e SAD); • Criação de Centros de Noite para idosos que promovam o bem-estar e autonomia das pessoas idosas; • Criação de respostas residenciais para pessoas com demência; • Criação de equipas que garantam os cuidados paliativos dos idosos em situação de grande dependência; • Reforço da capacidade instalada e qualificação das creches e das creches familiares na rede solidária; • Reforço da capacidade instalada de Lares Residenciais integrados na área da deficiência; • Criação de Centro de Apoio à Vida Independente; • Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação; • Criação de Residência Autónoma para pessoas com deficiência ou incapacidade; • Reforço da capacidade instalada de Apoio Domiciliário de CCI em Saúde Mental; • Reforço da capacidade instalada e qualificação da resposta de Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos; • Promover a elaboração de diagnóstico das respostas para a saúde no concelho tendo em conta a futura reestruturação dos serviços de saúde de proximidade; • Criação de Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP); • Alargamento do POAPMC e Banco Alimentar a mais entidades e aposta em modelos redistributivos colaborativos de base local; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|--|--|
| 1.3. O TERRITÓRIO | 1.3.3. Criar novas respostas sociais inovadoras | Enquadramento |
| | | Criar novos serviços e respostas inovadoras para a população em situação de maior vulnerabilidade. |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Criação de Linha de Apoio Social (assegurada por voluntários que apoiem pessoas em situação de isolamento, solidão, tristeza, ... e/ou apoiem no esclarecimento de dúvidas sobre respostas e serviços sociais, oferta de atividades culturais e desportivas no concelho,...); • Criação de serviço SOS - Serviço de Teleassistência (resposta urgente a situações de risco para idosos no concelho); • Estruturação de programas intergeracionais de partilha de casa (partilha de alojamento entre seniores e jovens estudantes, em circunstâncias de plena convivência); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | |
| 1.3.4. Dar resposta às carências habitacionais e ao acesso a habitação acessível | Enquadramento | |
| | Implementar a Estratégia Local de Habitação, procurando, em simultâneo, iniciativas inovadoras que permitam dar resposta mais imediata às carências habitacionais. | |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Estratégia Local de Habitação; • Estruturação de programas intergeracionais de partilha de casa (partilha de alojamento entre seniores e jovens estudantes, em circunstâncias de plena convivência); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|---|---|
| 1.3. O TERRITÓRIO | 1.3.5. Reforçar a responsabilidade e participação social e cívica (população em geral) | Enquadramento |
| | | Investir em iniciativas de educação social e cívica da população em geral (incluindo os jovens) reforçando a capacidade de iniciativa, o sentido de responsabilidade social e a participação cívica da população. |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização e educação social em parceria com outras entidades locais/regionais/nacionais (intergeracionalidade, voluntariado, educação cívica, igualdade de género, comportamentos de risco, prevenção de acidentes, prevenção do risco, voluntariado, solidariedade social, interculturalidade, violência no namoro e violência doméstica, participação social, associativismo, transição climática, transição digital, segurança e segurança digital, aprendizagem ao longo da vida, literacia financeira, gestão doméstica, ...); • Dinamização do Conselho Municipal de Juventude; • Criação do Conselho Municipal das Pessoas Idosas; • Reforço e maior mobilização da Bolsa de Voluntariado; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|---|---|---|
| 1.3. O TERRITÓRIO | 1.3.6. Aprofundar as relações entre terceiro setor, tecido empresarial e sociedade civil | Enquadramento |
| | | Estreitar as relações entre tecido empresarial, entidades sociais locais e sociedade civil, robustecendo a intervenção social concelhia e mobilizando mais recursos para o desenvolvimento social |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização do movimento associativo para participar e/ou promover projetos de intervenção social; • Mobilização do tecido empresarial para participar e/ou promover projetos de intervenção social; • Fomento de iniciativas e projetos de intervenção que envolvam as entidades sociais locais, o tecido empresarial e a sociedade civil; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | |
| 1.3.7. Aprofundar as dinâmicas de trabalho em rede e de intervenção integrada | Enquadramento | |
| | Reforçar as redes de trabalho em parceria, orientando-as crescentemente para a intervenção integrada, multidisciplinar e em continuidade sobre os casos diagnosticados/sinalizados, e aprofundando, em simultâneo, o papel das Comissões Sociais de Freguesia na intervenção de primeira linha e o papel do CLAS enquanto fórum de reflexão e de definição estratégica do desenvolvimento social concelhio. | |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Definição de projeto-piloto estruturante de promoção do CLAS; • Redinamização e consolidação do modelo de intervenção das Comissões Sociais de Freguesia; • Constituição de equipa-piloto com base numa intervenção de gestor de caso que dinamize a intervenção integrada, multidisciplinar e em continuidade sobre os casos diagnosticados/sinalizados (por exemplo: alguns casos sinalizados pela CPCJ); • Avaliação do projeto de constituição de equipa-piloto, promoção dos ajustamentos necessários e ponderação da viabilidade e relevância da sua disseminação; • Definição e disseminação de protocolos de sinalização/encaminhamento (clarificando âmbitos e áreas de competência de cada entidade); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|------------------------------|---|---|
| 1.3. O TERRITÓRIO | 1.3.8. Promover a apropriação do espaço público por todas as pessoas | Enquadramento |
| | | Favorecer a mobilidade inclusiva, planeando a remoção de barreiras arquitetónicas, adaptando o espaço público a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada e implementando mobiliário urbano/equipamentos de apoio a pessoas mais vulneráveis (pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade,...). |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da mobilidade inclusiva/remoção de barreiras arquitetónicas; • Adaptação do espaço público a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada; • Implementação no espaço público de mobiliário urbano/equipamentos de apoio a pessoas mais vulneráveis (exemplo, pessoas idosas, deficientes, ...); • Implementação dos princípios das “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|------------------------------|---|---|
| 1.3. O TERRITÓRIO | 1.3.9. Promover a requalificação, reabilitação e inclusão social nos bairros sociais | Enquadramento |
| | | <p>Reforçar os mecanismos de inclusão social nos bairros sociais, promovendo a integração dos novos residentes (realojamentos recentes), o sentido identitário, as redes de relações e a vida comunitária.</p> Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de iniciativas/projetos facilitadores da integração dos novos residentes; • Criação de espaço comunitário (desenvolvimento de atividades de apoio, ações de sensibilização, promoção do sentido identitário e de pertença, ...); • Promoção/apoio à constituição de Comissão(ões) de Moradore(s); • Envolvimento das Comissões de Moradores em projetos de intervenção social • Incentivo à dinamização de atividades nos bairros por parte do movimento associativo concelhio; • Promoção de ações de educação social (gestão doméstica, literacia financeira, apropriação do espaço público, apropriação do espaço residencial e espaço comuns dos edifícios, ...); • Promoção de ações de sensibilização para a interculturalidade (comunidades étnicas e migrantes, e comunidade maioritária); • Promoção de atividades que fomentem sociabilidades e redes de suporte comunitárias; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

Contributo do Eixo para os ODS

Enquanto eixo orientado para a capacitação das pessoas, das organizações e do território, o EE 1 será decisivo para a melhoria, aprofundamento e alargamento das respostas sociais no concelho, nas suas diferentes áreas, preconizando intervenções de natureza física e outras de caráter mais imaterial.

Pela sua abrangência setorial e diversidade de objetivos operacionais que contempla, o EE 1 deverá contribuir de forma transversal para a prossecução dos ODS, no quadro dos efeitos cruzados que um projeto pode induzir nos indicadores que sustentam as metas assumidas, bem como no contributo acumulado que a convergência para as metas de um determinado objetivo pode aportar a outros objetivos.

Todavia, identificam-se neste exercício os contributos mais imediatos do EE 1 para os ODS 1 'Erradicar a pobreza' (contributo médio), 3 'Saúde de Qualidade' (contributo forte), 4 'Educação de qualidade' (contributo forte), 7 'Energias renováveis (contributo forte), 10 'Reduzir as desigualdades' (contributo médio), 11 'Cidades e Comunidades Sustentáveis' (contributo médio) e 17 'Parcerias para a implementação dos objetivos' (contributo forte).



| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|---------------------------------------|--|---|
| 2.1. CRIANÇAS E JOVENS | 2.1.1. Promover atividades para crianças e jovens | Enquadramento |
| | | <p>Alargar e desenvolver respostas comunitárias dirigidas a crianças e jovens (em especial nos períodos extracurriculares e de interrupção letiva) enquadradas numa lógica de ocupação de tempos livres, de prevenção de comportamentos de risco, mas também de formação cívica e de participação social da população mais jovem.</p> <p>Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de atividades de tempos livres extracurriculares para crianças e jovens (mormente nas férias letivas); • Dinamização do Conselho Municipal da Juventude; • Reforço do Cartão Municipal Jovem (repensar benefícios); • Projetos que promovam o envolvimento direto do movimento associativo jovem em projetos de intervenção social; • Reforço da oferta cultural e desportiva para crianças e jovens; • Promoção de ações de divulgação e adoção de hábitos preventivos e de estilos de vida saudável, em parceria e sinergia com as instituições de saúde, as escolas, as associações e clubes desportivos e outras entidades intervenientes; • - [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|---|---|--|
| 2.2. PESSOAS IDOSAS | 2.2.1. Promover a saúde, o bem-estar, a segurança e a participação social das pessoas idasas | Enquadramento |
| | | Promover iniciativas que fomentem o envelhecimento ativo e saudável, mitiguem o isolamento e a solidão, que reforcem as suas redes de sociabilidade, as redes de suporte e a segurança das pessoas idosas. |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos princípios das “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”; • Dinamização de atividades de promoção do envelhecimento ativo; • Incentivo à realização de candidaturas partilhadas entre várias IPSS a linhas de financiamento para o desenvolvimento de atividades físicas e de estimulação cognitiva para os mais idosos (qualificação das atividades e serviços disponíveis nas respostas sociais); • Alargar os mecanismos de proteção de idosos pelas forças de segurança e proteção civil; • Dinamização de atividades fora dos Centros de Dia; • Incentivar projetos de voluntariado social e de processos de interajuda e solidariedade comunitária; • Incentivo à formação de pessoas idosas como voluntárias da Linha de Apoio Social (sensibilização via Universidade Sénior); • Reforço da oferta cultural e desportiva para pessoas idosas; • Criação do Conselho Municipal das Pessoas Idosas; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | |
| 2.2.2. Promover a segurança e conforto habitacional das pessoas idosas | Enquadramento | |
| | Implementar iniciativas que assegurem a autonomia (em segurança e conforto) das pessoas idosas no seu espaço doméstico. | |
| Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à colocação de ajudas técnicas nas habitações de idosos carenciados, por exemplo, apoios de casa de banho, remoção de degraus, ... (contributo para a manutenção da sua autonomia residencial em condições de maior segurança). • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|---|--|---|
| 2.3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE | 2.3.1. Promover a autonomia e inserção profissional | Enquadramento |
| | | <p>Promover a inclusão social das pessoas com deficiência ou incapacidade, reforçando as iniciativas geradoras de empregabilidade, de autonomia residencial, projetos de vida autónomos e a integração nos vários domínios da vida social, mas também a sensibilização da população em geral (incluindo em ambiente escolar) desconstruindo de estereótipos que geram práticas discriminatórias.</p> <p>Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de iniciativas geradoras de empregabilidade e de rendimentos associados com programas de inclusão social para as pessoas com deficiência ou incapacidade; • Incentivo à criação de Fóruns Socio-Ocupacionais; • Desenvolvimento de iniciativas dirigidas à população com deficiência jovem adulta para assegurar os seus respetivos enquadramentos e planos de vida e de suporte após a escolaridade obrigatória num quadro de soluções diversificadas; • Qualificação de formadores para enquadrar pessoas com deficiência e incapacidade nas ações de formação profissional; • Promoção de iniciativas de sensibilização da população em geral que acentuem as condições de inclusão das pessoas com deficiência nos vários domínios da vida social (emprego, educação, cultura, desporto, etc.); • Consolidação da Rede de Ocupação Local (ROL); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|--|--|
| 2.4. PESSOAS COM CONSUMOS E DEPENDÊNCIAS | 2.4.1. Promover estratégias de prevenção de comportamentos aditivos e dependências | Enquadramento |
| | | <p>Promover a prevenção/intervenção preventiva capacitando a população e/ou grupos populacionais concretos com conhecimentos e competências necessárias específicas para lidarem com o risco associado ao consumo de substâncias psicoativas e outros comportamentos aditivos e dependências, potenciando os fatores de proteção e minimizando os fatores de risco (adaptação aos vários perfis-tipo: jovens e adultos).</p> |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização/prevenção de comportamentos aditivos e dependências (dirigidas à população em geral, mas também, em específico, à população jovem); • Envolvimento do movimento associativo juvenil (incluindo associações de estudantes) na promoção de atividades mobilizadoras dos jovens e nos quais se trabalhem também os fatores de proteção, os fatores de risco, grupos de pares, (...); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | |
| 2.4.2. Garantir o acompanhamento de pessoas com adição e dependência | Enquadramento | |
| | <p>Promover projetos/iniciativas que viabilizem o acompanhamento, a ocupação e a (re)integração social de pessoas com adição e dependência.</p> | |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas/projetos para as quais as entidades responsáveis pelo tratamento de pessoas com adição e dependência possam encaminhar utentes com vista a potenciar a sua ocupação e (re)integração social; • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|--|---|
| 2.5. MIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS | 2.5.1. Promover a interculturalidade e a inclusão social de comunidades migrantes e étnicas | Enquadramento |
| | | <p>Promover iniciativas que desconstruam estereótipos e a reprodução de generalizações, estimulem a interação, a compreensão e o respeito entre diferentes culturas e grupos étnicos (interculturalidade) e fomentem uma vida comunitária efetivamente intercultural.</p> <p>Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de sensibilização para a interculturalidade (comunidades étnicas e migrantes, e comunidade maioritária); • Sessões de esclarecimento sobre migrantes, refugiados e requerentes de asilo (também em espaço escolar); • Promoção de iniciativas/projetos facilitadores da interculturalidade; • Promoção de atividades que fomentem sociabilidades e redes de suporte interculturais (incluindo também especificamente para crianças e jovens); • Promoção/apoio à constituição de Associações de migrantes/comunidades étnicas (representação e mediação com as comunidades); • Envolvimento das Associações de migrantes/comunidades étnicas em projetos de intervenção social; • Incentivo ao movimento associativo para trabalhar/envolver comunidades migrantes, designadamente potenciando as oportunidades de aprendizagem (também não formal) língua portuguesa por parte da população estrangeira (bolsa de voluntariado); • Incentivo à produção artística e cultural pelas pessoas migrantes (inclusão pela arte); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|--|--|
| 2.6. PESSOAS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS | 2.6.1. Garantir o apoio e acompanhamento de famílias em situação de maior vulnerabilidade | Enquadramento |
| | | <p>Consolidar a intervenção social concelhia, assegurando uma intervenção integrada, multidisciplinar e continuada junto das pessoas e famílias em situação de carência ou vulnerabilidade, garantido, por este meio, não só uma intervenção direta sobre as causas dos problemas (resolução mais eficaz e eficiente dos casos), mas também uma intervenção preventiva (evitar agravamento de situações de vulnerabilidade).</p> <p>Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> Operacionalização de guia de recursos concelhios; Operacionalização de protocolos de encaminhamento para serviços e respostas sociais; Formalização de sistema de vigilância/sinalização precoce de situações e casos de vulnerabilidade emergentes (sobrelotação de fogos, situações de privação material, violência, ...); Constituir equipa-piloto com base numa intervenção de gestor de caso que dinamize a intervenção integrada, multidisciplinar e em continuidade sobre os casos diagnosticados/sinalizados evitando o agravamento de situações de vulnerabilidade; Redinamizar e consolidar modelo de intervenção das Comissões Sociais de Freguesia Iniciativas/projetos de apoio a grupos especialmente vulneráveis (famílias monoparentais, ex-reclusos, migrantes, idosos isolados, pessoas de meia-idade em situação de desemprego, ...); Ações de educação não formal em gestão doméstica, literacia financeira, capacitação de cuidadores informais, famílias com ascendentes idosos e/ou dependentes, (...); Potenciação do Radar Social (criação de respostas inovadoras e dignificantes na área da privação material; monitorização da evolução quantitativa e qualitativa das pessoas em situação de pobreza e exclusão social); [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|---|--|
| 2.6. PESSOAS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS | 2.6.2. Intervir de forma integrada junto de crianças e jovens em risco | Enquadramento |
| | | Mobilizar os recursos/parceiros que possibilitem uma intervenção precoce, integrada e continuada sobre as crianças e jovens em risco, minimizando a possibilidade de agravamento das situações e/ou a multiplicação dos diagnósticos (sinalização do mesmo caso por várias entidades no decurso do tempo). |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Constituição de equipa-piloto com base numa intervenção de gestor de caso que dinamize a intervenção integrada, multidisciplinar e em continuidade sobre os casos sinalizados pela CPCJ; • Promoção de iniciativas/projetos centrados na educação parental/reforço das competências parentais; • Ações de sensibilização das famílias e comunidade em geral sobre direitos e proteção das crianças e jovens, especialmente em situações de risco (incluindo em espaço escolar, definindo responsabilidades, fatores de alerta e protocolos de encaminhamento); • Criação de Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP); • [Outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | |
| 2.2.2. Promover a segurança e conforto habitacional das pessoas idosas | Enquadramento | |
| | Mobilizar os recursos/parceiros que possibilitem uma intervenção precoce, integrada e continuada sobre as crianças e jovens em risco, minimizando a possibilidade de agravamento das situações e/ou a multiplicação dos diagnósticos (sinalização do mesmo caso por várias entidades no decurso do tempo). | |
| | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Monitorização da evolução das necessidades e respostas em saúde mental; • Iniciativas que promovam a inserção profissional das pessoas com doença mental; • Criação de espaços de atendimento e aconselhamento em saúde mental; • Fomentar a criação de grupos terapêuticos/grupos de pares em articulação com as Unidades de Saúde; • Campanhas de saúde mental / sensibilização / informação sobre saúde mental (incluindo escolas); • Reforço do Gabinete de apoio psicossocial em saúde mental; • Consolidação da Rede de Ocupação Local (ROL); • [outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS] | | |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|---|--|---|
| 2.8. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO | 2.8.1. Concretizar o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação | Enquadramento |
| | | Implementar o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação concretizando o objetivo de enquadrar as temáticas da igualdade e da não discriminação como mecanismos de coesão social e de redução de desigualdades no território. |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis <ul style="list-style-type: none"> • Concretização das medidas definidas no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; • Incentivo ao envolvimento da sociedade civil, incluindo associações juvenis e sénior, em ações de sensibilização e prevenção da discriminação e violência (violência doméstica, violência no namoro, violência contra idosos, racismo e xenofobia, ...); • Definir e divulgar mecanismos e protocolo e sinalização de situações de violência (divulgação e sensibilização via Comissões Sociais de Freguesia); • [Outros projetos/iniciativas definidos pelo CLAS]. |

| DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | OBJETIVOS OPERACIONAIS | |
|--|--|--|
| 2.9. CUIDADORES INFORMAIS | 2.9.1. Apoiar e valorizar os cuidadores informais | Enquadramento |
| | | Criar mecanismos de apoio e redes de suporte para cuidadores informais (cuidadores de pessoas idosas, pessoas com doença do foro mental, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com adições, ...). |
| | | Tipologia de iniciativas/projetos enquadráveis |
| <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de capacitação dirigidas a cuidadoras/es informais focadas na aquisição de competências essenciais para o desempenho do seu papel, tanto a nível pessoal, como ao nível da prestação de cuidados propriamente ditos; • Medidas de apoio ao descanso do cuidador informal e de valorização social da profissão de cuidador/a (com eventual recurso a voluntários); • Apoio a famílias e pessoas com responsabilidades assistenciais a terceiros, através designadamente da criação de respostas de acolhimento temporário para dependentes e outras soluções de suporte; • Promoção de ações de formação de cuidadores (formais e informais) que permitam o reforço da oferta de serviços de apoio domiciliário; • Criação de Rede de Cuidadores Informais/Grupos de apoio terapêutico entre pares; • [outros projetos / iniciativas definidos pelo CLAS]. | | |

Contributo do Eixo para os ODS

O EE 2 visa dar resposta às necessidades dos grupos e pessoas mais vulneráveis, investindo, em simultâneo, na promoção de processos de autonomização e na otimização dos recursos existentes.

A sua orientação temática, que privilegia a resposta a grupos específicos, determina um contributo também mais direcionado para ODS específicos, sem prejuízo dos efeitos cruzados que os projetos/ações que venham a ser implementados possam induzir em outros ODS.

Salienta-se o contributo do EE 2 para os ODS 1 'Erradicar a pobreza' (contributo forte), 3 'Saúde de Qualidade' (contributo médio), 4 'Educação de qualidade' (contributo forte), 5 'Igualdade de género' (contributo forte), 10 'Reduzir as desigualdades' (contributo médio) e 17 'Parcerias para a implementação dos objetivos' (contributo forte).



INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO

A construção do Plano de Desenvolvimento Social de Tomar surge numa fase de operacionalização e execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no início do Portugal 2030, que operacionaliza no território nacional a política de coesão europeia para o período 2021-2027.

Este contexto coloca desafios assinaláveis à execução dos programas, sobretudo num cenário avançado de concursos e execução dos fundos do PRR, do início dos concursos para o Programa Regional do Centro 2030, bem como dos financiamentos que podem ser mobilizados no quadro dos Programas Operacionais Temáticos nacionais.

Nos próximos anos, estes instrumentos de financiamento serão responsáveis por um fluxo de meios numa dimensão sem precedentes para a modernização e o desenvolvimento do país, configurando fontes de financiamento decisivas para a concretização dos objetivos operacionais do PDS e dos projetos e ações previstos nos Planos de Ação, revelando-se como a principal fonte de financiamento do investimento público, mas também para uma multiplicidade de atores do terceiro setor.

Importa, na fase de arranque do novo período de programação financeira 2021-2027, identificar as articulações dos eixos estratégicos do PDS de Tomar com os eixos do Programa Regional Centro 2030, de modo a maximizar as possibilidades de financiamento das ações e projetos.

No que concebe à operacionalização do PRR, o Município de Tomar e outros atores do território garantiram a aprovação de investimentos nas áreas da cultura, saúde, habitação, entre outras, tornando-se necessário continuar o esforço de enquadramento de novos investimentos, em particular daqueles que operacionalizam o presente PDS através do Plano de Ação para os próximos dois anos. Nesse sentido, identifica-se a articulação dos eixos do PDS de Tomar também com as componentes do PRR.

POLÍTICA DE COESÃO E PROGRAMA OPERACIONAL CENTRO 2030

Para o período 2021–2027 a União Europeia definiu cinco grandes objetivos para a política de coesão que orientam a ambição estratégica para todos os Estados-Membros e enquadram os cinco objetivos específicos em matéria de investimento:

- Uma Europa mais competitiva e mais inteligente;
- Uma Europa mais verde e hipocarbónica;
- Uma Europa mais conectada;
- Uma Europa mais social e inclusiva;
- Uma Europa mais próxima dos cidadãos.

O Programa Operacional do Centro 2021–2027 configura, sem prejuízo dos PO temáticos nacionais, o principal instrumento de aplicação dos fundos da política de coesão em Tomar, tornando-se importante garantir um alinhamento estratégico do PDS de Tomar com os eixos do Programa.

Os Eixos Estratégicos (EE) 1 – Capacitação das Pessoas, das Organizações e do Território e 2 – Intervenção em Grupos de Maior Vulnerabilidade, encontram-se estruturados em torno de objetivos fortemente alinhados com a prioridade “OP4 – Centro mais Social e Inclusivo” do PR Centro 2030, designadamente com os objetivos específicos:

- **Objetivo Específico 4.h.:** “Desenvolvimento e implementação de projetos inovadores de carácter social | FSE”, que deverá contribuir para uma maior inclusão social.

- **Objetivo Específico 4.2.:** “Ensino Superior (infraestruturas e equipamentos)” que prevê melhores condições das infraestruturas de ensino superior para que estejam mais adaptadas à realidade de ensino atual, nomeadamente no que respeita a novas exigências formativas.
- **Objetivo específico 4.f.:** “Apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores”, em complemento com o Objetivo anterior.
- **Objetivo específico 4.k.:** “Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo e Apoio a Unidades Móveis ou Balcão da Inclusão, em territórios de baixa densidade para provisão de serviços coletivos de proximidade | FSE”, de forma a contribuir para a redução das disparidades entre os alunos de diferentes escolas no acesso ao currículo e no desenvolvimento das suas aprendizagens com especial ênfase das crianças e grupos mais carenciados e em risco de abandono e insucesso escolar, bem como a promoção de uma maior igualdade no acesso a serviços de qualidade, sustentáveis e de proximidade.
- **Objetivo específico 4.5.:** “Hospitais (infraestruturas e equipamentos)”, que prevê um melhor acesso e qualidade assistencial da rede pública da saúde e o reforço da coesão territorial ao nível do acesso aos cuidados de saúde, garantindo uma maior capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos.

- **Objetivo específico 4.a.:** “Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+CO3SO Emprego) | FSE”, como forma a permitir um maior combate ao desemprego, melhorando o acesso ao emprego sustentável.
- **Objetivo específico 4.6.:** “Promoção turística regional (dos seus destinos e dos seus produtos) e valorização e internacionalização da Cultura (nas vertentes infraestrutural e imaterial)”, com destaque para o apoio à valorização da cultura e da criatividade territorial.

Os Eixos de Intervenção Estratégica do PDS de Tomar apresentam, ainda, uma forte articulação com o “OP5 – Centro Mais Próximo”, que visa o apoio a estratégias de desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas e não urbanas, bem como com o “OP2 – Centro Mais Verde”, que prevê Investimentos na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável.

Com uma articulação mais ligeira, destaca-se o “OP1 – Centro Mais Competitivo”, onde poderão ser canalizados recursos para Investimentos na digitalização e no empreendedorismo.

PROGRAMA REGIONAL DO CENTRO 2021-2027

Prioridades do PR Centro

- OP1 CENTRO MAIS COMPETITIVO**

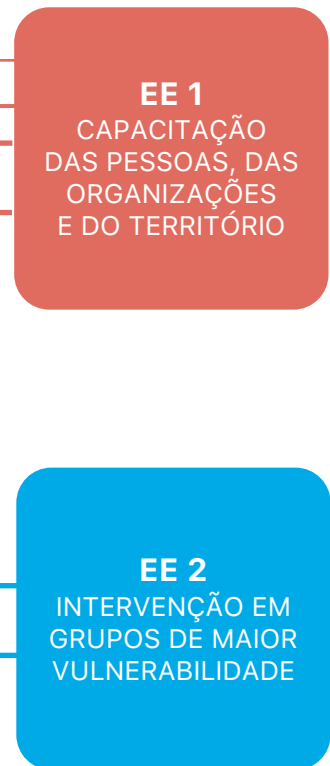
Investimentos na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas e no empreendedorismo
- OP2 CENTRO MAIS VERDE**

Investimentos na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável
- OP4 CENTRO MAIS SOCIAL E INCLUSIVO**

Apoio ao emprego de qualidade, à educação e às qualificações, à inclusão social e à igualdade de acesso aos cuidados de saúde
- OP5 CENTRO MAIS PRÓXIMO (ITI CIM)**

Apoio a estratégias de desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas e não urbanas

Eixos PDS Tomar



EE 1
CAPACITAÇÃO
DAS PESSOAS, DAS
ORGANIZAÇÕES
E DO TERRITÓRIO

EE 2
INTERVENÇÃO EM
GRUPOS DE MAIOR
VULNERABILIDADE

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O PDS de Tomar procura garantir um alinhamento estratégico com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na medida em que este se constitui como um instrumento fundamental para a operacionalização de investimentos estruturantes no território, ainda que muitas oportunidades de financiamento já estejam comprometidas à data do presente PDS.

O PRR, após a reprogramação aprovada pela Comissão Europeia a 22 de setembro de 2023, encontra-se organizado em 20 Componentes que integram um total de 44 Reformas e 117 Investimentos. Por sua vez, as 20 Componentes, bem como as respetivas reformas e investimentos, agrupam-se em três dimensões estruturantes (resiliência, transição climática e transição digital).

Com a operacionalização da componente C3 'Respostas Sociais' o referencial estratégico de intervenção do PDS de Tomar pretende garantir um alinhamento com o PRR, reconhecendo a importância de investimentos na qualificação das pessoas, das organizações e do território, nomeadamente através de investimentos na criação ou reabilitação de infraestruturas que promovam ações orientadas para o desenvolvimento social.

Neste contexto, o PDS prevê um conjunto de tipologias de ações e projetos que têm enquadramento claro, para efeitos de financiamento, durante o período de operacionalização do PRR (2026), em particular na dimensão Resiliência (Habitação e Respostas Sociais) e Transição Digital.

Dimensões PRR

Eixos PDS Tomar

RESILIÊNCIA

| | |
|----|--------------------------------------|
| C1 | Serviço Nacional de Saúde |
| C2 | Habitação |
| C3 | Respostas sociais |
| C4 | Cultura |
| C5 | Capitalização e Inovação Empresarial |
| C6 | Qualificações e Competências |
| C7 | Infraestruturas |
| C8 | Florestas |
| C9 | Gestão Hídrica |

TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

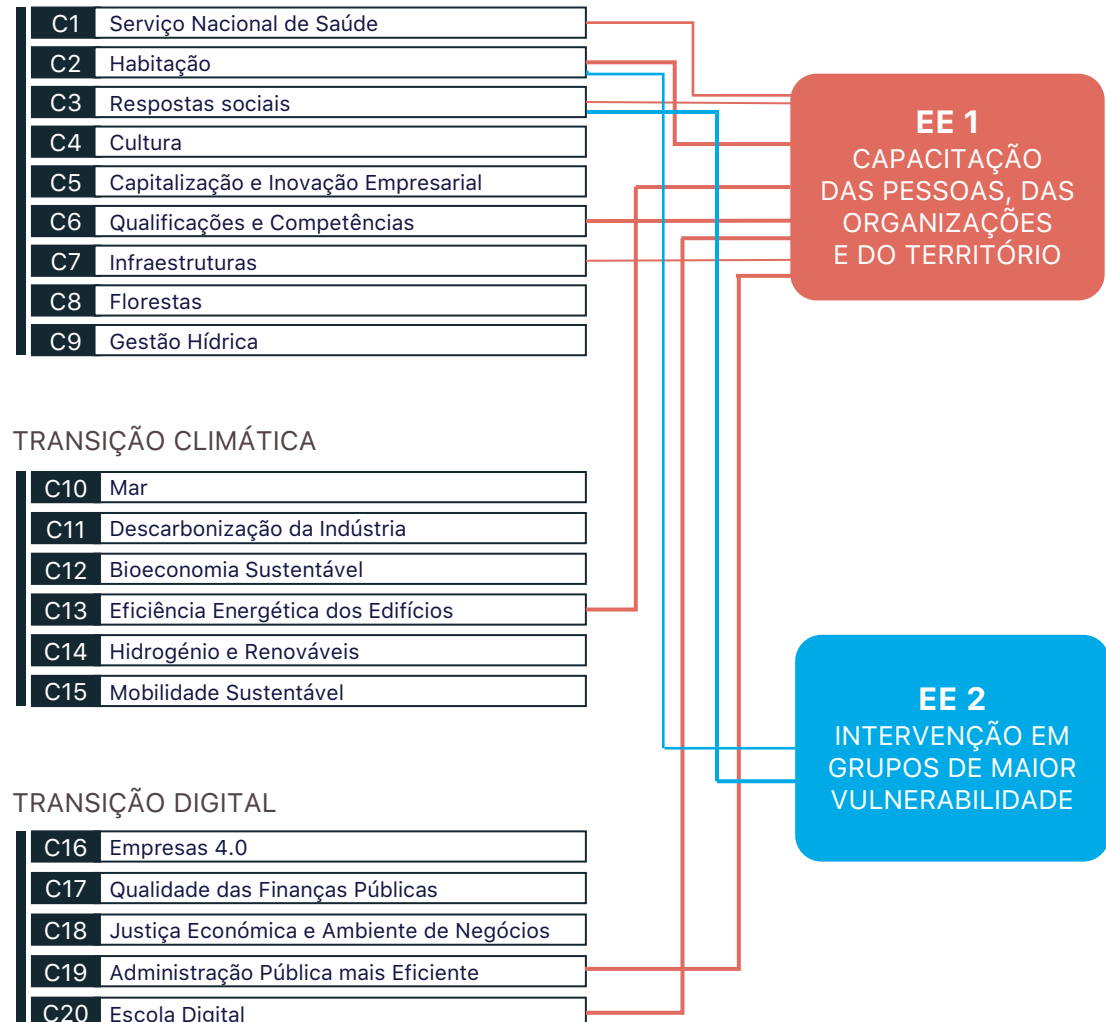
| | |
|-----|-------------------------------------|
| C10 | Mar |
| C11 | Descarbonização da Indústria |
| C12 | Bioeconomia Sustentável |
| C13 | Eficiência Energética dos Edifícios |
| C14 | Hidrogénio e Renováveis |
| C15 | Mobilidade Sustentável |

TRANSIÇÃO DIGITAL

| | |
|-----|--|
| C16 | Empresas 4.0 |
| C17 | Qualidade das Finanças Públicas |
| C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios |
| C19 | Administração Pública mais Eficiente |
| C20 | Escola Digital |

EE 1
CAPACITAÇÃO
DAS PESSOAS, DAS
ORGANIZAÇÕES
E DO TERRITÓRIO

EE 2
INTERVENÇÃO EM
GRUPOS DE MAIOR
VULNERABILIDADE





**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE TOMAR
2024 - 2030**